



Relatório de Gestão de Riscos

Circular 3.678

Setembro de 2016

ÍNDICE

1. Introdução	2
2. Gestão de Negócios	2
Cessão de Crédito	3
Securitização de ativos.....	4
Participações Societárias	4
3. Gerenciamento de Riscos.....	5
4. Risco de Crédito.....	6
Exposição ao Risco de Crédito	7
Risco de Crédito Potencial	9
Controle das exposições ao risco de crédito.....	10
Garantias.....	10
Atraso, Provisionamento e Perdas de Crédito.....	11
Recuperação e Cobrança	13
5. Risco de Mercado.....	13
Políticas e Governança	13
Mapeamento do Risco de Mercado.....	14
Marcação a Mercado.....	14
Classificação das Operações.....	14
Risco de Mercado da carteira <i>Trading</i>	15
Risco de Mercado da Carteira <i>Banking</i>	16
Realização de testes de avaliação dos controles de Risco de Mercado.....	17
Análise prévia de riscos inerentes a novos produtos.....	17
Exposições ao Risco de Mercado da carteira <i>Trading</i>	18
6. Risco de Liquidez.....	19
7. Risco Operacional.....	21
8. Gerenciamento de Capital.....	23
Análise Quantitativa.....	24
Anexo I.....	27
Anexo II.....	30

1. Introdução

A criação do Conglomerado Financeiro Original foi aprovada pelo Banco Central do Brasil no dia 31 de agosto de 2011, com a fusão entre o Banco JBS S.A., fundado em julho de 2008, com foco no fomento da atividade pecuária brasileira, e o Banco Matone S.A., um banco múltiplo tradicional, sediado no estado do Rio Grande do Sul, com foco à época no segmento de crédito consignado. Atualmente, estas duas instituições financeiras denominam-se Banco Original do Agronegócio S.A. e Banco Original S.A., respectivamente, formando o Conglomerado Financeiro Original, daqui em diante referido apenas como “Original”, “Conglomerado” ou “Instituição”.

Desde então o Original tem diversificado sua estratégia de atuação como banco múltiplo, direcionando esforços no financiamento de empresas do segmento corporate, de integrantes da cadeia produtiva do agronegócio e, mais recentemente, no atendimento às pessoas físicas (Banco de Varejo), através do lançamento do primeiro banco 100% digital do país. Compondo sua estratégia, neste ano, demos início as atividades do Banco Original S.A. Grand Cayman Islands Branch, cuja licença permite operações ativas de comércio exterior e outros empréstimos em moeda estrangeira, além de captações.

Objetivando tornar pública as práticas de gerenciamento de riscos adotadas pelo Original, em linha com as recomendações do Pilar III do Comitê de Basileia e da Circular 3.678/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN), este relatório apresenta os aspectos qualitativos e quantitativos utilizados no gerenciamento de riscos e de capital praticados, bem como a estrutura de governança, as alçadas e os processos de monitoramento, sempre de forma consolidada.

Este documento e as demonstrações financeiras da Instituição estão publicadas no endereço eletrônico <https://www.original.com.br/>

2. Gestão de Negócios

O Original oferece a seus clientes um portfólio de produtos e serviços que visam o financiamento à cadeia produtiva do agronegócio, à produção industrial, à aquisição de direitos creditórios, empréstimos para capital de giro e derivativos, voltados à proteção de ativos financeiros para grandes e médias empresas e, mais recentemente, o atendimento às pessoas físicas em todo o território nacional.

O Conglomerado condiciona a aquisição de ativos financeiros às mesmas políticas, governança e rigor de análise de risco aplicados à originação de sua carteira própria, pautando sua decisão na qualidade creditícia dos devedores e a idoneidade dos cedentes. Estas aquisições têm por objetivo usufruir de boas oportunidades de rentabilização do capital, aumentar a diversificação da carteira de crédito e atender a demanda de clientes. Por sua vez, a venda e transferência de ativos financeiros geralmente têm por objetivos atender a demanda de clientes e/ou gerir o risco do portfólio do conglomerado.

Adicionalmente às equipes comerciais, contamos com profissionais de Tesouraria divididos em uma Mesa de Operações Proprietária e uma Mesa Clientes, esta última para oferecer operações de derivativos e de câmbio de forma competitiva a nossos clientes.

A Diretoria Executiva de Riscos se reporta diretamente ao CEO do Original, bem como a Auditoria Interna, garantindo uma estrutura de governança formal que possibilita a independência de atuação.

Cessão de Crédito

Os principais objetivos que norteiam a estratégia da direção da Instituição de realizar cessões de crédito são:

- (1) Redução da exposição em determinado cliente ou ramo de atividade, visando à desconcentração e/ou abertura de margem para realização de novas operações de crédito;
- (2) Venda de carteira de crédito vencida (carteira *distressed*);
- (3) Venda das operações pertinentes a um determinado mercado que deixem de fazer parte do direcionamento estratégico da Instituição;
- (4) Sindicalização de operações de crédito ou aquisição de carteiras feitas em conjunto com outras instituições financeiras, e
- (5) Gestão da liquidez.

No terceiro trimestre deste ano não ocorreram novas cessões de créditos, conforme demonstram os quadros abaixo:

Saldo cessão com retenção substancial riscos e benefícios					
R\$ (mil)	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Registrado em contas de compensação	0	0	0	0	19
Instituições Financeiras	0	0	0	0	19
Registrado em conta do ativo	0	0	0	2.090	14.500
Instituições Financeiras	0	0	0	2.090	14.500

Fluxo cessões com transferência dos riscos e benefícios					
R\$ (mil)	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Fluxo Cessão s/ coobrigação	0	110.939	0	17.282	17.282
Holding	0	110.939	0	17.282	17.282

No terceiro trimestre de 2016, dada a sazonalidade das vendas do varejo, o Conglomerado observou uma pequena redução de aproximadamente R\$ 130 milhões na carteira de direitos creditórios adquiridos, conforme quadro abaixo:

Saldo exposições adquiridas					
R\$ (mil)	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Exposições sem coobrigação	1.611.328	1.741.227	1.501.077	1.318.883	749.525
Empresas não financeiras	1.611.328	1.741.227	1.501.077	1.318.883	749.525

Adicionalmente, o Original não possui exposições cedidas sem transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios, nem tão pouco exposições cedidas nos últimos 12 meses que tenham sido honradas, recompradas, ou baixadas para prejuízo.

Securitização de ativos

Os principais objetivos da securitização de créditos são similares aos da cessão de crédito. Atualmente, a carteira de ativos provenientes de processo de securitização restringe-se a cotas de classe subordinada de um Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), lastreado em créditos de financiamentos imobiliários.

Não foram realizadas novas operações de securitização nos últimos anos, estando esta carteira em *runoff*. O quadro abaixo demonstra os saldos referentes à securitização:

Valor total das exposições securitizadas					
R\$ (mil)	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Certificado Recebíveis Imobiliários	2.902	2.840	3.078	3.037	3.250
Lastro: Financiamento Imobiliários	2.902	2.840	3.078	3.037	3.250
Cota Subordinada	2.902	2.840	3.078	3.037	3.250

Estratégias de Negócio e Hedge

As operações intrínsecas às atividades operacionais do Conglomerado podem gerar exposições a riscos de mercado em áreas que não tem mandato para correr estes riscos. Estes riscos são transferidos para a Tesouraria, que detém o mandato de gestão de risco de mercado, realizando ou não seu *hedge*, dentro de seus limites operacionais.

A Tesouraria também realiza a gestão das posições da carteira *trading* (intenção de negociação a fim de ganhos associados às oscilações de mercado), utilizando-se de instrumentos derivativos no mercado.

Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados são os Futuros, Termos, Swaps e Opções. Eles podem ser negociados em bolsa ou no mercado de balcão e terem um ou mais indexadores. Os indexadores mais relevantes são: taxas de juros prefixadas, moedas, índices de inflação, índice de bolsa e preço de *commodities*. O Conglomerado não possui em seu portfólio produtos de derivativos de crédito (Resolução 2.933/02 do CMN).

A Diretoria Executiva de Riscos auxilia na gestão do *hedge* no sentido de fornecer as informações relevantes às decisões da Tesouraria, bem como atuar de forma independente no monitoramento e controles dos limites de risco de mercado do Conglomerado.

Participações Societárias

As participações permanentes em outras empresas são contabilizadas pelo valor patrimonial (método de equivalência patrimonial – MEP). Os resultados são registrados em contas de receita/despesa de participações em coligadas e controladas. A contabilidade das participações é elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Conselho Monetário Nacional e o BACEN.

Atualmente, todas as participações societárias do Conglomerado são detidas por razões estratégicas, visando ganhos de sinergia e de complementaridade aos negócios do Conglomerado. Segue abaixo a composição destas participações em 30 de setembro de 2016:

Participações Societárias		
Empresa participada	Ramo / Atividade	Tipo Capital
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento	Capital fechado
Original App Ltda.	Desenvolvimento / Teleatendimento / Prestação de serviços de crédito	Capital fechado
Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira / Fundos	Capital fechado
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	Capital fechado
Picpay Serviços S.A.	Intermediação de Pagamentos	Capital fechado

Seguem abaixo os valores contábeis, onde podemos verificar que são pouco relevantes, e o requerimento de capital (RWACPAD) das participações societárias:

Valor contábil e requerimento de capital das Participações Societárias					
R\$ (mil)	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	100	100	100	100	100
Original App Ltda.	3.075	3.208	347	413	354
Original Asset Management Ltda.	61.319	60.320	59.684	55.019	54.238
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	728	880	1.143	1.120	1.092
Picpay Serviços S.A.	1.250	8.386	8.729	8.992	5.500
Requerimento de Capital	6.980	7.654	7.350	7.221	6.741

Abaixo demonstramos os ganhos e perdas referentes a participações societárias:

Ganhos / Perdas das Participações Societárias					
R\$ (mil)	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Decorrente de venda ou liquidação da participação	0	0	0	0	0
Não realizados, mas reconhecidos	290	107	143	909	333
Não realizados e não reconhecidos	0	0	0	0	0

3. Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

O Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões quanto ao apetite a risco e a necessária alocação de capital do Conglomerado. As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de risco, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da Instituição.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação

e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

Os normativos internos que qualificam e regem o ambiente interno de gestão de riscos são devidamente divulgados para o quadro de colaboradores e publicados em ambiente eletrônico para posterior consulta.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados, durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Risco de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

4. Risco de Crédito

O risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do Conglomerado, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular, inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo ou a desvalorização de instrumentos financeiros e garantias correlatas.

A Diretoria do Conglomerado é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

A Diretoria Executiva de Riscos cabe propor a Diretoria os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda a Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

Exposição ao Risco de Crédito

A tabela abaixo, demonstra a exposição ao risco de crédito segmentado por tipo de carteira, apresentando totais e médias para o 3º trimestre de 2016. O crédito continuou seu processo de expansão, com destaque para a participação das pessoas físicas.

Exposições no trimestre										
R\$ mil	3ºT /2016	2ºT /2016	1ºT /2016	4ºT /2015	3ºT /2015	3T Média	2T Média	1T Média	4T Média	3T Média
Pessoa Física	1.057.469	790.704	738.606	749.327	758.042	987.030	774.374	746.346	723.332	717.397
Avais e Fianças	21	21	-	-	-	21	7	0	0	0
Cartão de crédito	48.650	19.918	7.870	4.879	1.402	37.259	14.885	6.557	3.477	887
Consignado	1.935	2.834	4.362	6.256	8.509	2.198	3.289	4.994	6.979	9.435
Crédito Rural	208.406	176.948	161.635	167.920	193.442	209.553	167.518	159.240	170.128	191.385
Imobiliário	3.593	3.549	3.843	4.464	4.601	3.681	3.612	3.973	4.536	4.644
Importação e Exportação	364.346	340.810	441.374	479.912	514.992	352.949	379.328	466.932	470.989	487.248
Limites não utilizados	358.937	211.089	112.333	73.217	32.442	310.751	174.328	95.919	60.659	21.327
Recebíveis	51.083	19.878	3.335	8.740	208	52.006	16.681	4.798	2.984	160
Veículos e Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Produtos	20.498	15.658	3.854	3.940	2.445	18.612	14.725	3.932	3.581	2.310
Pessoa Jurídica	3.880.237	3.807.659	3.666.880	3.778.297	3.212.567	3.759.611	3.620.258	3.636.002	3.492.394	3.030.968
Avais e Fianças	232.863	215.628	246.039	309.331	298.722	224.546	225.744	241.725	308.733	297.621
Capital Giro, Títulos Desc. e Cta Garantida	945.374	860.000	917.557	1.042.723	966.714	869.476	836.890	953.318	1.047.659	949.432
Crédito Rural	259.719	233.884	269.160	282.172	244.066	252.133	225.958	275.478	268.850	236.102
Importação e Exportação	621.661	568.560	611.767	680.845	782.032	641.870	595.062	638.320	686.668	721.822
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Limites não utilizados	3.206	28.244	4.958	28.830	27.648	9.787	26.659	14.832	21.731	13.753
Recebíveis	1.687.442	1.814.771	1.546.092	1.371.045	809.465	1.643.292	1.629.464	1.447.957	1.087.106	726.035
Demais Produtos	129.972	86.573	71.307	63.352	83.921	118.508	80.481	64.373	71.646	86.201
TOTAL	4.937.706	4.598.363	4.405.486	4.527.625	3.970.608	4.746.641	4.394.632	4.382.348	4.215.726	3.748.364

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos valores da parcela de risco de crédito da alocação de capital (RWACPAD), segmentados pelos fatores de ponderação de risco (FPR), conforme definido na Circular 3.644/13. No período houve crescimento no valor da parcela de risco de crédito neste trimestre, em linha com o aumento observado na carteira de crédito.

Valor parcela RWA_{CPAD} por fator (R\$ mil)					
Fator EPR	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
2%	21	37	54	100	114
20%	663	9.630	6.669	727	2.584
35%	103	110	121	159	142
50%	10.535	265	249	1.545	1.724
75%	15.532	5.184	2.721	2.396	1.656
100%	544.489	528.132	492.170	572.340	517.644
125%	0	0	0	0	0
150%	0	0	0	0	0
250%	17.915	20.184	11.706	39.155	40.692
300%	21.147	16.425	18.899	18.584	22.698
-35%	0	0	0	0	0
-50%	0	0	0	0	0
-100%	0	0	0	0	0
-300%	0	0	0	0	0
CVA	8.617	5.952	14.553	8.563	21.206
RWACPAD	619.021	585.919	547.142	643.569	608.461

O quadro abaixo demonstra a manutenção do percentual de participação, em relação a carteira de crédito, da exposição às maiores contrapartes do Conglomerado:

% Maiores exposições das operações de crédito					
R\$ (mil)	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
10 maiores clientes	22%	23%	23%	20%	22%
50 maiores clientes	50%	49%	53%	48%	54%
100 maiores clientes	65%	64%	69%	66%	72%

Segue abaixo a concentração da carteira de crédito por distribuição geográfica, cujas operações estão concentradas na região Sudeste:

(R\$ mil)	Exposições por regiões geográficas do Brasil									
	Sudeste		Centro-Oeste		Sul		Nordeste		Norte	
	3ºT /2016	2ºT /2016	3ºT /2016	2ºT /2016	3ºT /2016	2ºT /2016	3ºT /2016	2ºT /2016	3ºT /2016	2ºT /2016
Pessoa Física	582.354	357.988	343.654	301.376	16.144	14.164	111.750	114.600	3.568	2.576
Avais e Fianças	21	21	0	0	0	0	0	0	0	0
Cartão de crédito	42.950	18.951	1.670	327	1.709	348	1.836	233	484	59
Consignado	1.935	1.694	0	107	0	248	0	564	0	221
Crédito Rural	71.188	47.551	125.323	117.892	9.738	9.481	0	0	2.156	2.024
Imobiliário	3.593	2.769	0	0	0	780	0	0	0	0
Importação e Exportação	63.079	56.804	194.785	171.109	0	0	106.482	112.896	0	0
Limites não utilizados	346.664	205.425	3.914	1.347	4.405	3.231	3.126	832	828	254
Recebíveis	63	11.250	0	8.628	0	0	0	0	0	0
Veículos e Arrendamento Mercantil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais Produtos	52.859	13.523	17.961	1.966	292	76	306	74	100	18
Pessoa Jurídica	3.393.966	3.355.506	214.609	199.698	177.666	156.477	48.644	48.128	45.353	47.850
Avais e Fianças	232.863	215.628	0	0	0	0	0	0	0	0
Capital Giro, Títulos Desc. e Cta Garantida	811.509	736.358	30.289	41.107	67.472	45.051	36.104	35.921	0	1.563
Crédito Rural	234.644	209.388	20.586	19.133	0	1.071	0	0	4.489	4.292
Importação e Exportação	329.032	323.137	147.125	118.642	92.694	72.762	12.190	12.092	40.620	41.926
Investimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Limites não utilizados	2.985	6.157	0	0	0	22.000	221	87	0	0
Recebíveis	1.594.816	1.790.622	28	8.457	205	15.593	0	28	0	69
Demais Produtos	188.117	74.215	16.581	12.358	17.294	0	128	0	243	0
TOTAL	3.976.319	3.713.494	558.262	501.074	193.810	170.641	160.394	162.728	48.921	50.426

Na distribuição das exposições por setor econômico, exibida abaixo, destaca-se a manutenção da participação percentual por setor de atividade, sendo as pequenas oscilações resultado da sazonalidade comum aos negócios:

(R\$ mil)	Exposições por setores econômicos									
	Agronegócio		Financeiro		Indústria		Serviços		Outros	
	3ºT /2016	2ºT /2016	3ºT /2016	2ºT /2016	3ºT /2016	2ºT /2016	3ºT /2016	2ºT /2016	3ºT /2016	2ºT /2016
Pessoa Física	634.574	548.782	-	-	-	-	63	41	422.832	241.881
Avais e Fianças	-	-	-	-	-	-	-	-	21	21
Cartão de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	48.650	19.918
Consignado	-	-	-	-	-	-	-	-	1.935	2.834
Crédito Rural	208.030	176.897	-	-	-	-	-	-	375	51
Imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	3.593	3.549
Importação e Exportação	364.346	340.810	-	-	-	-	-	-	-	-
Limites não utilizados	19	18	-	-	-	-	-	-	358.918	211.071
Recebíveis	51.020	19.837	-	-	-	-	63	41	-	-
Veículos e Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Produtos	11.158	11.221	-	-	-	-	-	-	9.340	4.437
Pessoa Jurídica	631.441	574.650	1.539	1.805	1.327.134	1.197.366	1.914.618	2.018.801	5.505	15.038
Avais e Fianças	-	-	-	-	201.566	185.603	31.297	30.025	-	-
Capital Giro, Títulos Desc. e Cta Garantida	65.643	67.809	1.539	1.805	312.806	292.756	559.885	492.595	5.501	5.035
Crédito Rural	164.154	96.155	-	-	95.565	137.729	-	-	-	-
Importação e Exportação	390.829	379.919	-	-	200.311	152.281	30.521	36.359	-	-
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Limites não utilizados	500	-	-	-	346	2.237	2.357	16.004	3	10.002
Recebíveis	10.314	30.767	-	-	386.569	340.186	1.290.559	1.443.818	-	-
Demais Produtos	-	-	-	-	129.972	86.573	-	-	0	0
TOTAL	1.266.014	1.123.432	1.539	1.805	1.327.134	1.197.366	1.914.682	2.018.843	428.337	256.918

A tabela a seguir demonstra a exposição do crédito por prazos, segmentado por tipo de exposição ao risco de crédito, com destaque para o aumento nas exposições de curto prazo nos clientes Pessoa Física, função do aumento da exposição em limites rotativos no Banco de Varejo.

(R\$ mil)	Exposições por Prazos							
	até 6 meses		acima de 6 meses até 1 ano		acima de 1 ano até 5 anos		acima de 5 anos	
	3ºT/2016	2ºT/2016	3ºT/2016	2ºT/2016	3ºT/2016	2ºT/2016	3ºT/2016	2ºT/2016
Pessoa Física	590.256	404.876	161.242	114.329	302.394	267.975	3.577	3.524
Avais e Fianças	-	-	-	-	21	21	-	-
Cartão de crédito	40.804	17.126	7.744	2.752	101	40	-	-
Consignado	417	634	446	580	1.057	1.602	15	18
Crédito Rural	77.295	66.872	64.676	64.271	66.434	45.804	-	-
Imobiliário	11	-	-	22	19	21	3.562	3.506
Importação e Exportação	51.061	83.333	88.201	46.537	225.084	210.939	-	-
Limites não utilizados	358.937	211.089	-	-	-	-	-	-
Recebíveis	51.083	19.878	-	-	-	-	-	-
Veículos e Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Produtos	10.648	5.944	174	166	9.677	9.547	-	-
Pessoa Jurídica	2.183.258	2.291.304	291.194	286.488	1.071.662	911.929	334.123	317.938
Avais e Fianças	34.328	27.829	12.457	20.028	4.768	3.080	181.311	164.691
Capital Giro, Títulos Desc. e Cta Garantida	340.962	290.004	129.121	155.449	468.044	407.195	7.247	7.353
Crédito Rural	67.908	65.543	26.411	4.292	165.400	164.050	-	-
Importação e Exportação	237.765	267.076	86.740	68.661	202.417	139.379	94.739	93.444
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Limites não utilizados	3.206	28.244	-	-	-	-	-	-
Recebíveis	1.465.594	1.603.634	30.722	30.267	140.300	128.419	50.826	52.450
Demais Produtos	33.495	8.975	5.743	7.791	90.734	69.807	-	-
TOTAL	2.773.514	2.696.180	452.436	400.817	1.374.056	1.179.904	337.701	321.462

Risco de Crédito Potencial

O Risco de Crédito Potencial (RCP) trata dos casos onde o cliente é a contraparte do banco em operações cujo potencial de perda de crédito está associado às flutuações dos preços de mercado, a exemplo dos derivativos, dos contratos com exposição cambial e das compromissadas.

O Original utiliza modelos de análise histórica de volatilidades dos retornos dos ativos subjacentes, associando-os a uma expectativa econômica previamente aprovada. Assim, dado um conjunto de prazos e um nível de confiança aprovados pelo Comitê de Diretoria, estima-se o risco de crédito potencial de cada contrato. Para fins de apuração do risco total de crédito de uma determinada contraparte, soma-se ao seu Risco de Crédito Potencial (RCP) à respectiva posição de seus demais contratos de crédito.

Abaixo são apresentadas as informações relativas ao valor nominal dos contratos sujeitos ao RCP, segregando os tipos de ativos e a existência de garantias.

Valor Nominal - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito da Contraparte					
R\$ (mil)	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Contratos com câmara central atuando como contraparte	6.847.523	5.872.526	4.168.264	10.931.979	24.750.485
<i>Derivativos</i>	6.847.523	5.872.526	4.168.264	10.931.979	24.750.485
Contratos sem câmara atuando como contraparte central	2.898.030	2.121.698	4.591.675	3.958.531	4.584.846
<i>Com Garantia - Derivativos</i>	0	0	0	0	0
<i>Sem garantia - Derivativos</i>	1.812.530	1.132.829	3.988.968	3.370.990	4.255.144
<i>Com Garantia - Compromissadas</i>	1.085.499	988.869	602.707	587.541	329.702
Total	9.745.552	7.994.224	8.759.939	14.890.510	29.335.330

No último trimestre houve um aumento da posição de derivativos da Instituição, devido a expectativa pelo mercado de alterações na taxa de juros.

O quadro abaixo traz informações sobre os valores a receber das operações sujeitas ao RCP:

Risco de Crédito da Contraparte					
R\$ (mil)	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Valor Positivo Bruto	1.125.575	1.068.731	746.942	631.262	445.730
<i>Derivativos</i>	40.081	79.751	144.234	43.721	115.851
<i>Compromissadas</i>	1.085.494	988.979	602.709	587.541	329.879
(-) Acordo de compensação	0	0	0	0	0
(-) Valor positivo colaterais	(1.084.935)	(988.869)	(602.707)	(587.541)	(328.925)
<i>Compromissadas</i>	(1.084.935)	(988.869)	(602.707)	(587.541)	(328.925)
Exposição Global Líquida	40.641	79.862	144.236	43.721	116.805

Controle das exposições ao risco de crédito

O Original controla a exposição ao risco de crédito, não só no âmbito global de sua carteira, na forma de concentrações, mas também individualmente, avaliando as contrapartes e suas operações de crédito. A atuação nestas duas frentes de forma coordenada, garante a adequação do risco de crédito ao apetite definido pela Diretoria do Conglomerado.

É responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos o monitoramento mensal da evolução dos índices de concentração do portfólio pelos maiores devedores, por classificação de crédito das contrapartes, por quantidade de dias de atraso, por maturidade das operações, vis a vis seus limites previamente definidos. Além disso, é avaliada mensalmente a adequação das provisões frente a exposição de risco. Os gestores das áreas envolvidas e a Diretoria do Conglomerado recebem estes relatórios mensais para o devido acompanhamento.

Garantias

O Original utiliza garantias reais e pessoais como mitigadores de risco de crédito em suas operações, derivativos e operações compromissadas, sendo as garantias solicitadas de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido.

O processo de análise de crédito verifica quantitativamente e qualitativamente a necessidade e as garantias propostas, deliberando sobre sua aprovação ou não.

Segue abaixo a relação das principais garantias operadas pelo Conglomerado Financeiro Original:

- Aval dos sócios e cotistas;
- Penhor ou alienação fiduciária de bens móveis;
- Hipoteca ou alienação fiduciária de bens imóveis;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios e títulos de crédito; e
- Cessão fiduciária de depósitos e títulos.

Como política do Conglomerado, normalmente, são solicitadas garantias superiores ao valor da operação de crédito, protegendo-se de uma possível desvalorização, custos de processuais ou perdas financeiras advindas da ação de sequestro da garantia. O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, se dá nos cartórios competentes.

A avaliação das garantias, em especial relativas à produção agropecuária, é feita com base no preço de mercado do produto na data da concessão e/ou no preço futuro previsto para o produto, considerando um cenário de venda forçada.

Realizam-se periodicamente, em média a cada trimestre, ou de acordo com os fluxos de vencimento, histórico ou épocas de abate, colheita, etc., visitas de monitoramento para aferição da real existência das garantias, bem como sua qualidade e condições de manejo e estocagem. O valor das garantias é reestimado periodicamente em função dos fatores acima observados e das variações do mercado.

A tabela abaixo traz o valor das garantias recebidas que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

- a) sejam mantidas ou custodiadas na própria instituição;
- b) tenham por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem;
- c) estejam sujeitas à movimentação, exclusivamente, por ordem da instituição depositária; e
- d) estejam imediatamente disponíveis para a instituição depositária no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de sua realização.

Valor das Garantias Recebidas - R\$ (mil)					
Garantia	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Títulos públicos federais	1.094.477	968.149	614.563	593.539	248.942
Recursos financeiros (Reais)	46.771	50.001	20.699	-	80.000

Tanto para gerenciamento interno como para a apuração do capital a ser alocado para cobertura das exposições relativas ao risco de crédito (Circular 3.644/13), a Instituição utiliza, nas operações de venda com recompra, os recursos financeiros recebidos como mitigador de risco.

Segue abaixo, a tabela com as exposições mitigadas para fins de alocação de capital na parcela de risco de crédito (RWACPAD) segundo a Circular 3.644/13.

Valor mitigado por instrumento - R\$ (mil)							
Operação	FPR	Mitigador	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Compra com revenda	20%	Títulos públicos federais	1.038.729	938.868	582.007	587.541	248.925
Venda com recompra	20%	Recursos financeiros (Reais)	46.206	50.001	20.699	-	80.000

Ademais da apuração do capital regulatório, o Original utiliza as garantias recebidas como um mitigador de risco na estimativa da provisão de crédito de liquidação duvidosa (PCLD). Caso o valor apurado e sua liquidez sejam representativos frente à exposição de risco da contraparte, o Original tem a prerrogativa, dentro de regras aprovadas por sua Diretoria, de melhorar a classificação de risco das operações de crédito, desde que as mesmas estejam em dia.

Atraso, Provisionamento e Perdas de Crédito

As tabelas abaixo trazem o montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregadas em faixas de vencimento, por regiões geográficas do Brasil, e após por setor econômico.

Montante das operações em atraso por Região e Setor										
(RS mil)	atraso entre 15 e 60 dias		atraso entre 61 e 90 dias		atraso entre 91 e 180 dias		atraso entre 181 e 360 dias		atraso acima de 360 dias	
Região	3ºT /2016	2ºT /2016	3ºT /2016	2ºT /2016	3ºT /2016	2ºT /2016	3ºT /2016	2ºT /2016	3ºT /2016	2ºT /2016
Centro-Oeste	966	93.187	235	8.613	80.744	7.913	7.881	122	-	-
Nordeste	136	44.031	57	38	33	61	2	462	-	1
Norte	27.200	17.967	-	6	0	65	-	47	-	3
Sudeste	232.696	31.240	3.715	3.540	8.465	31.476	13.550	5.942	4	456
Sul	776	31	2.104	5	6	81	617	756	-	-
Total	261.773	186.456	6.111	12.202	89.247	39.596	22.050	7.329	4	460
Setor	3ºT /2016	2ºT /2016	3ºT /2016	2ºT /2016	3ºT /2016	2ºT /2016	3ºT /2016	2ºT /2016	3ºT /2016	2ºT /2016
Agronegócio	81.216	143.722	2.085	8.798	82.644	7.889	8.490	609	-	-
Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria	145.076	23.156	44	-	-	3.119	3.119	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	32.369	17.967	2.940	3.038	4.739	26.919	8.301	5.587	-	-
Pessoa Física	3.112	1.611	1.041	366	1.865	1.668	2.140	1.133	4	460
Total	261.773	186.456	6.111	12.202	89.247	39.596	22.050	7.329	4	460

Frente ao cenário macroeconômico adverso e a demora na retomada do crescimento, o Conglomerado ampliou suas provisões tanto para o crédito em dia (PCLD Genérica) como para parte dos contratos em atraso, classificando-os em níveis mais conservadores que o mínimo definido pelo regulador, conforme destaca-se no quadro abaixo:

Evolução da PCLD no Trimestre					
	3ºT /2016	2ºT /2016	1ºT /2016	4ºT /2015	3ºT /2015
PCLD Genérica	71.782	65.631	66.487	51.110	38.436
PCLD por atraso	63.584	34.399	39.060	88.126	107.503
TOTAL	135.366	100.030	105.546	139.236	145.939

O quadro abaixo demonstra o montante de provisões para perdas relativas às exposições de crédito, segmentado por setor econômico, discriminando os valores adicionados e os subtraídos neste trimestre.

(RS mil)	Montante provisões para perdas relativas às exposições					
	3º T / 2016			2º T / 2016		
Setor	Entrada Provisão	Saída Provisão	Saldo Provisão	Entrada Provisão	Saída Provisão	Saldo Provisão
Agronegócio	33.535	6.026	83.236	26.784	43.398	55.727
Financeiro	16	10	16	-	312	10
Indústria	8.145	4.244	16.040	6.314	4.100	12.139
Serviços	20.766	17.671	32.041	20.766	11.573	28.945
Pessoa Física	1.832	1.008	3.981	1.149	1.146	3.157
Outros	3	0	53	-	0	51
Total	64.295	28.959	135.366	55.014	60.530	100.030

A tabela seguinte demonstra o fluxo de operações baixadas para prejuízo por trimestre, segmentado por setor econômico. As baixas informadas no setor da pessoa física advêm de financiamento a produtores rurais.

Operações baixadas para prejuízo (R\$ mil)					
Setor	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Agronegócio	-	11.289	4.853	4.418	4.618
Financeiro	-	-	-	-	-
Indústria	-	-	53.593	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Serviços	3.698	1.748	1.994	-	-
Pessoa Física	543	6.270	403	487	572
Total	4.241	19.307	60.843	4.905	5.190

Recuperação e Cobrança

A área de cobrança objetiva minimizar as perdas financeiras associadas à inadimplência, parcial ou total, dos contratos de empréstimos inadimplentes. As ações da recuperação de crédito seguem regras formalizadas em normativos internos para cada tipo de modalidade de crédito e garantia associada.

As ações de cobrança compreendem: o contato com o cliente visando uma negociação amigável, aviso aos garantidores e avalistas, negativação em órgãos que prestam serviço de informação de crédito (SPC, SERASA), reestruturação dos contratos, chegando a tomada de ações jurídicas cabíveis para a recuperação da dívida ou tomada das garantias.

5. Risco de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução 3.464/07 do Conselho Monetário Nacional.

A seguir serão abordadas as estruturas, políticas e metodologias utilizadas pelo Conglomerado no controle do risco de mercado, bem como informações da carteira ao longo dos últimos trimestres.

Políticas e Governança

A Política de Risco de Mercado, aprovada pelo Comitê de Diretoria, consolida as definições, diretrizes e responsabilidades de fóruns e áreas envolvidas para que sejam estabelecidas as práticas de gerenciamento do risco de mercado. A análise de exposição das carteiras da Instituição (*Trading e Banking*) é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas na Política de Risco de Mercado.

O detalhamento das principais atribuições e processos relacionados ao monitoramento e controle do risco de mercado são descritas a seguir.

Mapeamento do Risco de Mercado

O processo de mapeamento de risco de mercado consiste na:

- (1) Identificação dos fatores de risco de mercado para cada produto e seus mitigantes;
- (2) Definição da metodologia de alocação de valores nos fatores de risco; e
- (3) Tratamento específico destinado às opções e produtos que contenha cláusulas de opcionalidades ou barreiras.

Marcação a Mercado

O processo de marcação a mercado consiste em precificar os instrumentos financeiros pelo seu valor real, isto é, pelo valor que hipoteticamente seria transacionado no mercado em determinado momento. Este processo é função das taxas e preços observados nos mercados, dos cálculos segundo composição de insumos coletados no mercado ou modelos de aproximação.

Para os instrumentos pertinentes ao processo, existem três situações possíveis quanto ao seu modelo de marcação a mercado:

- **Tipo I:** Há informação do preço observado e disponível no mercado;
- **Tipo II:** O preço do ativo não é diretamente observado. Neste caso a precificação utiliza os fatores de risco observados;
- **Tipo III:** Não há informação de preço e nem dos seus fatores de risco, sendo que seu modelo é teórico (Marcação a Modelo).

A Diretoria de Riscos é responsável pela proposta e revisão dos modelos de marcação a mercado da Instituição. A área de Finanças, por sua vez, garante a aderência dos modelos às regras do IFRS. O modelo de marcação a mercado inclui dois aspectos:

- Definição da coleção de insumos (preços, curvas e superfícies de volatilidade) necessários;
- Metodologia de cálculo a ser aplicada.

A aprovação dos modelos de marcação a mercado é de alçada do Comitê de Gestão de Riscos e Capital.

Classificação das Operações

Em linha com a Circular 3.354/2007, que estabelece critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras, o Conglomerado segregava suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e de não negociação (*banking*). As posições onde há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira de negociação da Instituição.

Na carteira do Conglomerado não há depósitos a prazo sem data de vencimento e os riscos derivados das liquidações antecipadas de empréstimos são tratados de acordo com as políticas de *hedge*.

Risco de Mercado da carteira *Trading*

Gerencia-se o risco de mercado da carteira de negociação (*trading*) através de procedimentos de identificação e mensuração do risco de mercado, monitoramento permanente do risco, reporte dos resultados, testes de estresse e controle de limites.

Seguindo a estrutura de governança do processo de monitoramento e controle do risco de mercado, o apetite a risco é definido pelo Comitê de Diretoria. A Diretoria de Riscos tem o mandato de controlar estes limites e, em caso de um evento de desenquadramento, a Tesouraria e o Comitê de Diretoria são tempestivamente informados de acordo com os processos estabelecidos.

Ainda, para os ativos da carteira de negociação apura-se a alocação de capital, segundo os modelos padronizados regulamentados pelo Banco Central do Brasil, referente aos riscos de mercado de juros, cupom de moedas, cupom de índices de preços, cupom de outras taxas, *commodities*, câmbio e de ações.

a) Valor em Risco (VaR)

O monitoramento do risco de mercado da Tesouraria é realizado, entre outros, através do *VaR*, conforme aprovado. Utiliza-se como metodologia o modelo de *VaR* paramétrico, com 99,9% de intervalo de confiança, volatilidade EWMA com 126 amostras e *lambda* de 0,94. O *holding period (hp)* é função dos dias necessários para liquidação da posição, levando-se em conta o tamanho da posição detida pelo banco e a liquidez de mercado do fator de risco.

A manutenção e proposta de novas metodologias de controle desta métrica é responsabilidade da Diretoria de Riscos. As alterações devem ser aprovadas pelo Comitê de Gestão de Riscos e Capital.

Respeitando a estrutura de negócios definida na política interna de risco de mercado, as mesas pertencentes à carteira *trading* estão sujeitas aos limites de exposição de *VaR*. Estes limites são definidos de acordo com o apetite a risco da Instituição, sendo o fórum de deliberação o Comitê de Diretoria.

A Diretoria de Risco monitora e controla, para cada estrutura, o consumo de *VaR* vis a vis seu limite. Diariamente, reporta os resultados e controle através de relatórios enviados para a área de Tesouraria. Se extrapolado um limite, o fato é reportado tempestivamente aos níveis previstos na Política para os devidos posicionamentos.

b) Teste de Estresse

Os cenários de estresse são representações de condições atípicas de mercado que podem eventualmente resultar em perdas econômicas não contempladas pelo *VaR*.

O Comitê de Gestão de Riscos e Capital define os cenários de estresse válidos para apuração dos testes de estresse. A definição destes cenários ocorre de forma colegiada pelo comitê, que realiza sua decisão baseada em percepções das áreas de economia, tesouraria, riscos, além das observações históricas.

Os cenários aprovados pelo referido Comitê são válidos por no máximo um mês, podendo ocorrer revisões em caráter extraordinário sempre que houver alterações nos fundamentos macroeconômicos que pautaram a decisão vigente.

As curvas definidas como cenários de estresse são utilizadas pela área de Risco no controle de risco em condições extremas de mercado. Diariamente, as carteiras citadas acima são marcadas a mercado utilizando-se as curvas definidas em cada um dos três cenários de estresse. O teste de estresse é o resultado da pior perda financeira decorrente da marcação a mercado da posição em cada um dos cenários de estresse vis a vis a marcação a mercado da curva real.

Uma vez que o teste de estresse atingir o limite máximo estabelecido, a área de risco de mercado informa o fato tempestivamente aos níveis previstos na Política para os devidos posicionamentos.

c) Stop Loss

A medida de *Stop Loss* consiste na máxima perda financeira aceitável de uma determinada carteira em uma janela de tempo.

A Mesa de Tesouraria Proprietária tem definido um limite, aprovado pela Diretoria do Conglomerado, para perdas em uma janela determinada de tempo. Diariamente a Diretoria Executiva de risco de mercado afere o P&L (resultado) acumulado de cada portfólio dentro desta janela de tempo. O P&L acumulado, se negativo, é comparado com o limite de *Stop Loss*. Se constatado que o resultado negativo atingiu o limite, o fato é tempestivamente aos níveis previstos na Política para os devidos posicionamentos.

Risco de Mercado da Carteira Banking

O gerenciamento do risco de mercado das posições classificadas na carteira de não negociação (*banking*) é realizado através da apuração do risco, monitoramento contínuo da exposição e reporte dos resultados. O Conglomerado utiliza para a apuração da sensibilidade do portfólio às mudanças na estrutura a termo de taxa de juros uma metodologia pautada nas recomendações de Basileia.

O risco da taxa de juros é a exposição de uma instituição financeira a movimentos adversos na estrutura a termo das taxas de juros. Mudanças na estrutura a termo de taxa de juros afetam a receita da instituição, e modifica o valor dos ativos, passivos e instrumentos *off-balance* (*hedge* com derivativos) devido à mudança de seu valor de mercado. Desta forma, um processo efetivo de gerenciamento de risco de taxas de juros que o mantenha em níveis prudentes e dentro do apetite do Conglomerado em incorrer nesses riscos é essencial para sua segurança e solidez.

As etapas para esta quantificação são:

- Apuração da exposição por prazo e fator de risco do portfólio;
- Cálculo das curvas associadas aos fatores de risco com choques paralelos e rotacionais de alta e baixa seguindo diretrizes do *BIS*¹;
- Cálculo da variação das posições usando as curvas nos cenários descritos acima;
- Somatória das perdas entre os cenários obtidos por fator de risco.

A Diretoria de Riscos realiza o cálculo do risco de taxa de juros (RBAN) reportando o resultado através de relatórios para a Tesouraria. Havendo extrapolação dos limites estabelecidos, o fato é, tempestivamente, reportado ao Comitê de Diretoria.

¹ <http://www.bis.org/bcbs/publ/d368.pdf>

Abaixo são demonstrados os impactos de choques nas taxas de juros nas operações não classificadas na carteira de negociação (carteira *banking*). Primeiramente a estimativa de variação do valor de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação, com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas curvas de juros.

Ganhos /Perdas - Percentil Histórico					
R\$ (mil)	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Taxa de Juros Prefixadas					
1º Percentil	(7.768)	(7.462)	(1.745)	(54.715)	(8.122)
99º Percentil	9.106	7.456	1.257	45.346	7.026
Cupom de Dólar*					
1º Percentil	(2.412)	(9.384)	(7.669)	-	(18.388)
99º Percentil	2.044	10.239	5.314	-	12.137

* Há períodos onde os valores não foram informados, pois a exposição do fator foi menor que 5% da exposição total (Circ. 3.365/07).

A relativa redução do nível de risco do cupom de dólar da carteira *banking* é resultado da gestão do descasamento de indexadores entre a carteira de empréstimo e de captação.

Deslocamento Curva Juros - Perdas em % do PR				
Pontos-base	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015
Taxa de Juros Prefixadas				
5% do PR	30	69	-	11
10% do PR	59	-	-	19
20% do PR	-	-	-	32
Cupom de Dólar				
5% do PR	75	14	23	-
10% do PR	-	28	47	-
20% do PR	-	56	93	-

Destaca-se que a baixa exposição do risco de taxa de juros do *banking book* torna a análise do efeito de choques paralelos na estrutura a termo de taxa de juros frente à base de capital da Instituição pouco relevante.

Realização de testes de avaliação dos controles de Risco de Mercado

A aferição dos modelos de risco de mercado é aplicada nos processos de mensuração, monitoramento e controles, visando identificar e sanar possíveis problemas e desvios destes processos em relação aos seus objetivos. Neste processo, inclui-se o *backtesting*, que tem o objetivo verificar a precisão dos modelos adotados através da comparação das perdas previstas com as observadas.

Análise prévia de riscos inerentes a novos produtos

A implantação de qualquer novo produto, ou estratégia, pelas áreas de negócio da Instituição passa pela avaliação prévia da Diretoria Executiva de Riscos, dentro do processo de avaliação e aprovação de produtos. A análise prévia do produto busca identificar os riscos inerentes do instrumento financeiro, bem como avaliar a adequação dos processos de controle de risco.

Exposições ao Risco de Mercado da carteira *Trading*

A tabela abaixo demonstra a evolução das exposições da carteira de negociação disposta pelos fatores de riscos: câmbio, *commodities*, taxas de juros e ações (em R\$ milhões). Destaca-se a redução da posição com derivativos com contraparte central nos fatores de risco taxa juros e câmbio:

Carteira de Negociação - Câmbio					
	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Comprado	1.007	618	2.271	3.175	3.724
Vendido	1.018	617	2.231	3.117	3.717
Líquido	(10)	1	40	58	7

Carteira de Negociação - <i>Commodities</i>					
	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Comprado	2	0	0	0	3
Vendido	0	0	0	0	3
Líquido	2	0	0	0	0

Carteira de Negociação - Taxas de Juros					
	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Comprado	5.170	5.237	11.160	9.608	22.582
Vendido	1.517	936	4.028	4.522	3.819
Líquido	3.653	4.302	7.133	5.087	18.763

Carteira de Negociação - Ações					
	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Comprado	64	54	59	67	91
Vendido	0	0	0	0	0
Líquido	64	54	59	67	91

A Instituição utiliza instrumentos derivativos para auxiliar a execução das estratégias. As duas próximas tabelas demonstram as exposições em derivativos no Brasil no final do terceiro trimestre de 2016, segmentadas pelos fatores de risco câmbio, *commodities*, taxas de juros e ações.

Primeiramente, listam-se as exposições com contraparte central, em valor nocional (em R\$ milhões):

Derivativos com Contraparte Central - Câmbio					
	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Comprado	544	130	1.461	2.177	2.495
Vendido	1.080	631	857	1.182	968
Líquido	(536)	(501)	604	995	1.528

Derivativos com Contraparte Central - <i>Commodities</i>					
	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Comprado	2	0	0	0	3
Vendido	0	0	0	0	0
Líquido	2	0	0	0	3

Derivativos com Contraparte Central - Taxas de Juros					
	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Comprado	4.713	5.626	8.059	7.665	19.523
Vendido	1.112	1.102	2.303	4.502	3.924
Líquido	3.601	4.524	5.756	3.162	15.599

Derivativos com Contraparte Central - Ações					
	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Comprado	0	0	0	0	0
Vendido	0	0	0	0	0
Líquido	0	0	0	0	0

E a seguir, as exposições com derivativos sem contraparte central (em R\$ milhões):

Derivativos sem Contraparte Central - Câmbio					
	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Comprado	452	740	865	1.068	1.425
Vendido	688	511	1.964	2.626	3.397
Líquido	(236)	229	(1.100)	(1.558)	(1.972)

Derivativos sem Contraparte Central - Commodities					
	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Comprado	0	0	0	0	0
Vendido	0	0	0	0	3
Líquido	0	0	0	0	(3)

Derivativos sem Contraparte Central - Taxas de Juros					
	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Comprado	1.018	581	2.020	2.546	3.040
Vendido	769	871	947	1.006	941
Líquido	249	(289)	1.073	1.540	2.099

Derivativos sem Contraparte Central - Ações					
	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
Comprado	0	0	0	0	0
Vendido	0	0	0	0	0
Líquido	0	0	0	0	0

6. Risco de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.090 de 24 de maio de 2012. A definição dos limites, da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são detalhados nos itens a seguir:

Fluxo de Caixa

A apuração do fluxo de caixa é realizada a partir da consolidação de informações recebidas de diversas áreas do Conglomerado. Utiliza-se neste fluxo um horizonte temporal de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

Para os fluxos, são considerados os diferentes tipos de moedas, prazos e valores contratados das operações. Visando uma melhor aderência com o fluxo real, incorpora-se ao fluxo de caixa contratual a ocorrência de eventos esperados que impactem na liquidez da Instituição como: a inadimplência, renovações de operações, operações já negociadas e ainda não contabilizadas, o crescimento do portfólio de crédito conforme o orçamento, entre outros.

São identificados possíveis descasamentos ou concentrações no fluxo que possam comprometer a capacidade financeira da Instituição. Estes descasamentos são monitorados pela Diretoria de Riscos, que acionará os responsáveis pela gestão da carteira para a tomada de providências, conforme cada mandato.

Teste de Estresse

A análise do risco de liquidez é complementada com testes de estresse, que estimam os efeitos de eventos severos ou situações extremas das condições econômico-financeiras na liquidez da Instituição.

Os cenários adversos de liquidez consideram, entre outros fatores, a redução de recursos captados, a dificuldade de acesso a novos recursos e a restrição da liquidação financeira dos ativos pelas contrapartes. Por sua vez, os cenários de choques nos fatores de riscos levam em conta: a alteração nos valores das variáveis macroeconômicas, dos preços dos ativos e das taxas de juros, assim como, à desvalorização dos ativos líquidos, segundo a perspectiva do país e de projeções por modelos probabilísticos.

A Diretoria de Riscos realiza o monitoramento da liquidez nestes cenários e reporta seus resultados tanto para a Tesouraria, como para os diretores responsáveis pelas áreas de Risco e de Captação.

Índices de Liquidez

Adicionalmente às análises e projeções de fluxo de caixa, são monitorados índices que quantificam os perfis de liquidez da Instituição. Considerando os conceitos regulatórios advindos do Comitê de Basileia, é mensurado o índice de liquidez de curto prazo (*Liquidity Coverage Ratio* – LCR), assim como os índices que avaliam a concentração dos fluxos de caixa, os instrumentos financeiros, os produtos tomados e a qualidade das contrapartes.

Os valores e cálculo dos índices são realizados a partir da projeção do fluxo de caixa. Este fluxo é estimado tanto em um cenário esperado como em um cenário de *stress* de liquidez. Cabe a Diretoria Executiva de Riscos o monitoramento e o reporte destes valores e índices para a Tesouraria e para os diretores responsáveis pelas áreas envolvidas.

Uma vez detectada a inobservância de ações corretivas dado o atingimento dos níveis de alerta, a Diretoria de Riscos comunica tempestivamente aos níveis previstos na Política para os devidos posicionamentos.

Caixa Mínimo

O Caixa Mínimo consiste na manutenção de um colchão de liquidez para o Conglomerado garantir a solvência por determinado período de tempo em um cenário de estresse severo de liquidez. São considerados, entre outros, o resgate antecipado de captações, saques nos depósitos à vista, a rolagem dos vencimentos dos empréstimos, a utilização plena do crédito rotativos e despesas administrativas.

A manutenção de um nível de Caixa, composto exclusivamente por ativos de alta liquidez, superior ao Caixa Mínimo é monitorada, controlada e reportada pela Diretoria Executiva de Riscos. Se identificado um nível de Caixa inferior ao Caixa Mínimo, o fato é tempestivamente informado aos níveis previstos na Política para os devidos posicionamentos.

Plano de Contingência de Liquidez

O Plano de Contingência de Liquidez é um documento, com revisão anual, que contém a estratégia adotada pelo Conglomerado para fazer frente à uma eventual insuficiência de caixa em situações de crise de liquidez para diferentes horizontes de tempo, inclusive no *intraday*.

7. Risco Operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como, a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a própria Resolução 3.380/06, inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos.

Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

Os principais instrumentos utilizados na Gestão de Risco Operacional são:

- Mapeamento dos processos;
- Matriz de riscos e de controles;
- Testes de controles;
- Sistema de cadastramento de ocorrências de Risco Operacional; e
- Base de dados de perdas operacionais (em elaboração).

A eficiência do processo de gestão do risco operacional é um fator determinante para um adequado sistema de análise de riscos e definição de controles, uma vez que permite atuação tempestiva da Instituição com decisões equilibradas, evitando desperdícios de recursos ou perdas associadas ao risco operacional.

Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional (RWAOPAD), o Conglomerado Original utiliza a abordagem do Indicador Básico, conforme Circular 3.640/13, publicada pelo Banco Central do Brasil, e atualizações.

As áreas envolvidas na estrutura, assim como suas principais responsabilidades são:

Comitê de Diretoria do Conglomerado

- Estabelecer diretrizes dos negócios, aprovando e revisando, no mínimo anualmente, a política de risco operacional.

Comitê de Risco Operacional e Controles Internos

- Acompanhar a suficiência dos controles implantados, frente aos riscos aos quais o Conglomerado está exposto;
- Discutir e decidir questões técnicas, processuais e operacionais; e
- Coordenar a implantação dos procedimentos necessários ao gerenciamento do risco operacional.

Comitê de Auditoria

- Avaliar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Conglomerado; e
- Recomendar à Diretoria da Instituição, correções ou aprimoramentos de políticas, práticas e procedimentos, identificados no âmbito de suas atribuições.
- Acompanhamento das melhorias recomendadas pela Auditoria Interna.
- Aprovar o Plano de Auditoria da Instituição.

Área de Segurança da Informação

- Gerir o plano de continuidade dos negócios, definindo os procedimentos para assegurar as condições de continuidade das atividades, limitando potenciais graves perdas, decorrentes da inexistência de condições mínimas de manutenção da operação;
- Gerir o processo de comunicação e informação no que tange à segurança dos dados internos à Instituição; e
- Manter a segurança e a privacidade da informação particular ao Conglomerado.

Área de Risco Operacional

- Implantar, disseminar e revisar as políticas, procedimentos, processos e ferramentas relacionados ao controle do Risco Operacional;
- Manter a Diretoria da Instituição e demais responsáveis plenamente atualizados sobre o progresso da gestão de riscos através de relatórios e comitês;
- Convocar os envolvidos para as reuniões do Comitê de Risco Operacional e Controles Internos, e redigir suas atas;
- Identificar, revisar e avaliar os riscos operacionais inerentes ao contexto do ambiente de controle existente e documentar as ações mitigadoras requeridas ou a aceitação do risco observado;
- Gerar e armazenar uma base informacional que contenha as perdas associadas ao risco operacional e sua conciliação com os registros contábeis;
- Avaliar e divulgar os respectivos manuais internos, visando assegurar que sejam confiáveis e atendam aos requisitos de avaliação de riscos e controles;

- Divulgar na homepage institucional e nas demonstrações contábeis a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional;
- Elaborar e divulgar o relatório 3.380, de gerenciamento de Risco Operacional; e
- Avaliar e acompanhar as soluções para as falhas operacionais.

Área de Auditoria Interna

- Avaliar periodicamente os testes realizados pela Área de Controles Internos, bem como a correta implementação dos respectivos planos de correção necessários; e
- Emitir relatórios sobre a eficiência dos controles realizados.

Área de Compliance

- Promover a conformidade do Conglomerado com o ambiente legal, regulatório, bem como com seus próprios regulamentos internos;

Área de Prevenção à Lavagem de Dinheiro

- Responsável pelo programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD);
- Elaborar os pareceres do programa “Conheça seu cliente” (KYC), avaliação detalhada dos potenciais relacionamentos e revisão dos clientes da Instituição;
- Realizar o monitoramento das operações financeiras; e
- Comunicar ao COAF as movimentações financeiras atípicas praticadas por clientes.

Todos os Integrantes da Instituição

- Cumprir as normas e as políticas do Conglomerado, resultando na melhoria contínua do sistema de gestão de riscos;
- Gerir e efetuar a avaliação constante de seus processos e dos respectivos controles executados; e
- Envidar esforços concretos no sentido de documentar e sanar as deficiências observadas relativas a riscos operacionais.

8. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital pode ser definido como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

A Diretoria de Riscos identifica, mensura, avalia e monitora e a necessidade de capital via a vis aos riscos aos quais a Instituição estará exposta, reportando os resultados para os órgãos reguladores, as áreas internas responsáveis e aos comitês gestores, conforme alçadas pré-definidas.

Os processos relacionados ao gerenciamento de capital, consistem em:

- a) Evolução e projeção dos principais riscos que a instituição incorre;
- b) Projeção das carteiras de ativos e passivos e dos resultados;
- c) Levantamento das fontes de capital;
- d) Projeção do capital necessário para fazer frente à exposição ao risco;
- e) Apuração e análise da suficiência de capital, de acordo com as metas definidas;

- f) Aplicação de testes de estresse e reporte dos resultados obtidos; e
- g) Controles dos limites estabelecidos.

Com isso, o Conglomerado avalia a relação entre o capital exigido, incluindo aqueles riscos não abrangidos pelo capital regulatório, e o capital disponível, considerando: a carteira atual, o orçamento projetado e os impactos de cenários de estresse.

Os relatórios gerenciais possibilitam à Diretoria o acompanhamento da alocação de capital nas diversas linhas de negócios, gerando informações para a tomada de decisão e insumos para o planejamento estratégico da Instituição.

Atualmente, o Patrimônio de Referência (PR) da Instituição é composto somente pelo Capital Principal, que, por sua vez, é constituído pelos seguintes instrumentos:

- Ações ordinárias no país;
- Reserva de lucros;
- Lucros/prejuízos acumulados; e
- Ajustes Prudenciais.

A Organização não possui instrumentos elegíveis para compor o Capital Complementar, nem o Nível II do PR. Na apuração do Patrimônio de Referência, não há nenhum instrumento com prazo de vencimento.

Em relação às restrições ou impedimentos relevantes, existentes ou possíveis, à transferência de recursos entre as instituições do Conglomerado, destaca-se a existência de obrigações contratuais do controlador que colocam o capital social do Banco Original S.A como garantia de uma operação financeira, impedindo assim sua transferência para o Banco Original do Agronegócio S.A.

Não obstante, as duas instituições apresentam individualmente um Patrimônio de Referência (PR) acima dos requerimentos mínimos de capital, apurado com base no montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA). Ou seja, observa-se uma folga no índice de Basileia do conglomerado, segundo os moldes da regulamentação aplicada à esta Instituição.

Análise Quantitativa

Nas Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 foram definidas as principais métricas para alocação de capital da instituição seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nestas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional.

O **RWA_{cpad}** (Circular 3.644/13) representa o risco de crédito ponderado pelo fator de risco associado a cada modalidade.

O **RWA_{opad}** (Circular 3.640/13) quantifica a exposição ao Risco Operacional.

As parcelas de risco de mercado das operações registradas na carteira de negociação (*trading*) da instituição são segregadas por grupos de fatores de risco:

RWAjur: Grupo de parcelas que medem a exposição da carteira à taxa de juros pré-fixada em reais, cupom de moeda estrangeira e cupom de inflação. Esta classe de parcelas tem a seguinte segregação:

- **RWAjur1** (Circular 3.634/13): taxa de juros pré-fixadas em reais;
- **RWAjur2** (Circular 3.635/13): cupom de moedas estrangeiras;
- **RWAjur3** (Circular 3.636/13): cupom de inflação; e
- **RWAjur4** (Circular 3.637/13): cupom de juros.

RWAacs (Circular 3.638/13): Parcela que mede a exposição da carteira em ações ou derivativos indexados a índices de bolsas.

Por sua vez, nas parcelas **RWAcom** e **RWacam** são consideradas todas as operações que possuem risco de *commodities* e risco cambial, respectivamente:

- **RWAcom** (Circular 3.639/13): Parcela que mede a exposição da carteira a variação no preço das *commodities*.
- **RWacam** (Circular 3.641/13): Parcela que mede a exposição da carteira em moeda estrangeira.

O quadro abaixo demonstra a evolução da alocação de capital do Conglomerado Prudencial Original².

Alocação de Capital - Basileia					
(R\$ mil)	3º T / 2016	2º T / 2016	1º T / 2016	4º T / 2015	3º T / 2015
A) Patrimônio de Referência (PR)	2.013.883	2.069.922	1.792.771	1.956.339	1.980.901
PR Nível I	2.013.883	2.069.922	1.792.771	1.956.339	1.980.901
Capital Principal (CP)	2.013.883	2.069.922	1.792.771	1.956.339	1.980.901
Capital Social + Resultado + Reservas	2.152.125	2.183.416	2.201.544	2.173.967	2.167.172
Ajustes Prudenciais	(138.242)	(113.494)	(408.772)	(217.628)	(186.271)
Capital Complementar (CC)	-	-	-	-	-
Instrumentos Elegíveis ao CC	-	-	-	-	-
PR Nível II	-	-	-	-	-
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	-	-	-	-	-
Deduções Nível II	-	-	-	-	-
B) Ativos Ponderados por Risco (RWA*F)	955.992	864.422	702.946	750.355	716.884
Valor da Parcela RWA _{CAM}	16.670	4.764	69.484	15.584	1.893
Valor da Parcela RWA _{JUR1}	252.170	200.993	15.478	18.797	27.213
Valor da Parcela RWA _{JUR2}	2.687	9.656	7.180	7.126	9.965
Valor da Parcela RWA _{JUR3}	-	-	-	-	-
Valor da Parcela RWA _{JUR4}	-	-	-	-	-
Valor da Parcela RWA _{COM}	377	-	-	-	385
Valor da Parcela RWA _{ACS}	10.245	8.662	9.236	10.741	14.428
Valor da Parcela RWA _{CPAD}	619.021	585.919	547.142	643.569	608.461
Valor da Parcela RWA _{OPAD}	54.821	54.427	54.427	54.538	54.538
Valor da Parcela R _{BAN}	25.239	31.822	17.226	56.661	14.752
C) Margem (PR - (RWA*F) - R_{BAN})	1.032.652	1.173.678	1.072.600	1.149.323	1.249.266
Índice de Capital Principal (ICP)	20,80%	23,65%	25,18%	28,68%	30,40%
Índice de Nível I (IN1)	20,80%	23,65%	25,18%	28,68%	30,40%
Índice de Basileia (IB)	20,80%	23,65%	25,18%	28,68%	30,40%

² O envio de informações sobre a alocação de capital do Consolidado Econômico-Financeiro (CONEF) foi descontinuado pelo Banco Central, conforme redação dada pela Circular 3.686/13 que altera a Circular 3.398/08.

O Patrimônio de Referência reduziu em R\$ 55 milhões no último trimestre devido à elevação dos ajustes prudenciais, especialmente na linha de créditos tributários. Adicionalmente, houve contribuição negativa no acumulado das contas de resultado e ganhos não realizados de avaliação patrimonial.

Em relação aos ativos ponderados pelo risco (RWA), o aumento do capital alocado na parcela de risco de crédito (RWACPAD) deve-se, em síntese, ao crescimento da carteira de crédito. Já a elevação da parcela de risco de mercado deve-se à estratégia de posicionamento da Tesouraria no mercado de juros.

Como resultado dos eventos acima, no terceiro trimestre de 2016 o Índice da Basiléia do Conglomerado Prudencial Original evoluiu de 23,65% para 20,80%.

Nas seções de anexos há a visão analítica do Índice de Basileia e da Razão de Alavancagem (RA), Circular 3.748/15, que mede a relação entre a base de capital e exposição ao risco de crédito. Em relação ao trimestre anterior, a RA evoluiu de 27,3% para 25,8%.

Anexo I

Composição do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR			Setembro / 16
Número da linha	Capital Principal: instrumentos e reservas	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
1	Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	2.241.946	
2	Reservas de lucros	(92.251)	
3	Outras receitas e outras reservas	2.430	
4	<i>Instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013</i>		
5	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Principal	721	
6	Capital Principal antes dos ajustes prudenciais	2.152.845	
Número da linha	Capital Principal: ajustes prudenciais	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
7	Ajustes prudenciais relativos a apreçamento de instrumentos financeiros		
8	Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura	3.769	
9	Ativos intangíveis	26.679	17.786
10	Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e os originados dessa contribuição relativos a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998	107.073	71.382
11	Ajustes relativos ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente.		
12	Diferença a menor entre o valor provisionado e a perda esperada para instituições que usam IRB		
13	Ganhos resultantes de operações de securitização		
14	Ganhos ou perdas advindos do impacto de mudanças no risco de crédito da instituição na avaliação a valor justo de itens do passivo		
15	Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido		
16	Ações ou outros instrumentos de emissão própria autorizados a compor o Capital Principal, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética		
17	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Capital Principal		
18	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar, que exceda 10% do valor do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas		
19	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar		
20	Mortgage servicing rights		
21	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, acima do limite de 10% do Capital Principal, desconsiderando deduções específicas		
22	Valor que excede a 15% do Capital Principal		
23	do qual: oriundo de participações no capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar		
24	do qual: oriundo de direitos por serviços de hipoteca		
25	do qual: oriundo de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização		
26	Ajustes regulatórios nacionais	1.441	
26.a	Ativos permanentes diferidos		
26.b	Investimento em dependência, instituição financeira controlada no exterior ou entidade não financeira que componha o conglomerado, em relação às quais o Banco Central do Brasil não tenha acesso a informações, dados e documentos		
26.c	Instrumentos de captação elegíveis ao Capital Principal emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado		
26.d	Aumento de capital social não autorizado		
26.e	Excedente ao valor ajustado de Capital Principal		
26.f	Depósito para suprir deficiência de capital		
26.g	Montante dos ativos intangíveis constituídos antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
26.h	Excesso dos recursos aplicados no Ativo Permanente		
26.i	Destaque do PR		
26.j	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Principal para fins regulatórios	1.441	
27	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Principal em função de insuficiência do Capital Complementar e de Nível II para cobrir deduções		
28	Total de deduções regulatórias ao Capital Principal	138.963	
29	Capital Principal	2.013.883	

ANEXO I (Continuação)

Número da linha	Capital Complementar: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
30	Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar		
31	dos quais: classificados como capital social conforme as regras contábeis		
32	dos quais: classificados como passivo conforme as regras contábeis		
33	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
34	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Capital Complementar		
35	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
36	Capital Complementar antes das deduções regulatórias		
Número da linha	Capital Complementar: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
37	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Capital Complementar, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética		
38	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao capital complementar		
39	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado e que exceda 10% do valor do Capital Complementar		
40	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado		
41	Ajustes regulatórios nacionais		
41.a	Instrumentos de captação elegíveis ao capital complementar emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros e emitidos até 31 de dezembro de 2012		
41.b	Participação de não controladores no Capital Complementar		
41.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Capital Complementar para fins regulatórios		
42	Ajustes regulatórios aplicados ao Capital Complementar em função de insuficiência do Nível II para cobrir deduções		
43	Total de deduções regulatórias ao Capital Complementar		
44	Capital Complementar		
45	Nível I	2.013.883	
Número da linha	Nível II: instrumentos	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
46	Instrumentos elegíveis ao Nível II		
47	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
48	Participação de não controladores em subsidiárias integrantes do conglomerado, não dedutível do Nível II		
49	dos quais: instrumentos emitidos por subsidiárias antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
50	Excesso de provisões em relação à perda esperada no IRB		
51	Nível II antes das deduções regulatórias		
Número da linha	Nível II: deduções regulatórias	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
52	Ações ou outros instrumentos de emissão própria, autorizados a compor o Nível II, adquiridos diretamente, indiretamente ou de forma sintética		
53	Investimentos cruzados em instrumentos elegíveis ao Nível II		
54	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, que exceda 10% do valor do Capital Complementar		
55	Participações superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado		
56	Ajustes regulatórios nacionais		
56.a	Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou por instituição financeira no exterior, que não componha o conglomerado, limitando-se aos instrumentos detidos por terceiros emitidos até 31 de dezembro de 2012		
56.b	Participação de não controladores no Nível II		
56.c	Outras diferenças residuais relativas à metodologia de apuração do Nível II para fins regulatórios		
57	Total de deduções regulatórias ao Nível II		
58	Nível II		
59	Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	2.013.883	
60	Total de ativos ponderados pelo risco	9.680.932	

Anexo I (Continuação)

Número da linha	Índices de Basileia e Adicional de Capital Principal	%	
61	Índice de Capital Principal (ICP)	20,80	
62	Índice de Nível I (IN1)	20,80	
63	Índice de Basileia (IB)	20,80	
64	Valor total de Capital Principal demandado especificamente para a instituição (% dos RWA)	4,50	
65	do qual: adicional para conservação de capital	-	
66	do qual: adicional contracíclico	-	
67	do qual: adicional para instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB)		
68	Montante de Capital Principal alocado para suprir os valores demandados de Adicional de Capital Principal (% dos RWA)	16,30	
Número da linha	Mínimos Nacionais	%	
69	Índice de Capital Principal (ICP), se diferente do estabelecido em Basileia III		
70	Índice de Nível I (IN1), se diferente do estabelecido em Basileia III	5,50	
71	Índice de Basileia (IB), se diferente do estabelecido em Basileia III	10,50	
Número da linha	Valores abaixo do limite para dedução (não ponderados pelo risco)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
72	Valor agregado das participações inferiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar		
73	Participações superiores a 10% do capital social de empresas assemelhadas a instituições financeiras não consolidadas, de sociedades seguradoras, resseguradoras, de capitalização e de entidades abertas de previdência complementar		
74	Mortgage servicing rights		
75	Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, não deduzidos do Capital Principal	72.568	
Número da linha	Limites à inclusão de provisões no Nível II	Valor (R\$ mil)	
76	Provisões genéricas elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada		
77	Limite para a inclusão de provisões genéricas no Nível II para exposições sujeitas à abordagem padronizada		
78	Provisões elegíveis à inclusão no Nível II relativas a exposições sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem IRB (antes da aplicação do limite)		
79	Limite para a inclusão de provisões no Nível II para exposições sujeitas à abordagem IRB		
Número da linha	Instrumentos autorizados a compor o PR antes da entrada em vigor da Resolução 4.192, de 2013 (aplicável entre 1º de outubro de 2013 e 1º de janeiro de 2022)	Valor (R\$ mil)	Valor sujeito a tratamento transitório (R\$ mil)
80	Limite atual para os instrumentos autorizados a compor o Capital Principal antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
81	Valor excluído do Capital Principal devido ao limite		
82	Instrumentos autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
83	Valor excluído do Capital Complementar devido ao limite		
84	Instrumentos autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 2013		
85	Valor excluído do Nível II devido ao limite		

Anexo II

Composição da Razão de Alavancagem de Basileia III

	<i>Item</i>	<i>set-16</i>	<i>jun-16</i>
1	Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	7.519.736	7.407.071
2	Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil.	1.056	924
3	Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	-	-
4	Ajuste relativo aos valores de referências ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos.	14.337	8.732
5	Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	-16.561	-49.891
6	Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	413.956	264.901
7	Outros ajustes	-111.748	-47.818
8	Exposição Total	7.820.776	7.583.919

Em milhares

Anexo II (continuação)

Item	set-16	jun-16
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
1 Itens Patrimoniais	6.390.484	6.363.298
2 Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	-159.965	-116.801
3 Total das exposições contabilizadas no BP	6.230.519	6.246.497
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos		
4 Valor de reposição em operações com derivativos.	139.797	174.812
5 Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	14.337	8.732
6 Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-	-
7 Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
8 Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual	-	-
9 Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-
10 Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-
11 Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	154.134	183.545
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)		
12 Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	1.038.729	938.868
13 Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-	-50.001
14 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	411	110
15 Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-	-
16 Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (soma das linhas 12 a 15)	1.022.168	888.977
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
17 Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	595.027	454.981
18 Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	-181.071	-190.080
19 Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	413.956	264.901
Capital e Exposição Total		
20 Nível I	2.013.883	2.069.922
21 Exposição Total	7.820.776	7.583.919
Razão de Alavancagem (RA)		
22 Razão de Alavancagem de Basileia III.	25,8%	27,3%

Em milhares